

O AMBIENTE LEITOR DA CRECHE PROFESSORA MARLIETE FREIRE: INCENTIVANDO O GOSTO PELA LEITURA DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL

Joelma da Silva Coelho

Doutora. Professora da rede municipal de Natal e Macaíba.

<https://orcid.org/0000-0002-4767-2555>

E-mail: coelhojoelmacoelho@gmail.com

Jozelma da Silva Coelho Faustino

Especialista em Educação Infantil, Neurociências e Aprendizagem – Faveni.

<https://orcid.org/0009-0005-8205-6781>

E-mail: jozelmajc@hotmail.com

Rita de Cássia da Silva

Gestora da Creche Professora Marliete Freire em Macaíba-RN

<https://orcid.org/0009-0004-5463-3273>

E-mail: ksilva39@hotmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3-67>

RESUMO: O presente artigo expõe os resultados de uma pesquisa realizada na Creche Municipal Professora Marliete Freire, localizada na zona urbana da cidade de Macaíba-RN, durante o final do semestre de 2025.2. O estudo tem como objetivo analisar o ambiente leitor na Creche Professora Marliete Freire, em Macaíba, RN, cujo objeto de estudo constitui-se no gosto pela leitura na Educação Infantil. Assim, define-se a seguinte questão de pesquisa: Como o ambiente leitor da Creche Marliete Freire pode incentivar o gosto pela leitura desde a Educação Infantil? Autores que corroboram na temática em questão: Chartier (2002), Vygotsky (2007) e Ferreira (2016). Quanto às questões, temos: “Como a sala de leitura pode incentivar o gosto pela leitura na Educação Infantil? Já os objetivos específicos foram: Educação Infantil e seu contexto social e A importância da leitura desde a Educação Infantil. A abordagem da pesquisa é qualitativa, utilizando os procedimentos metodológicos, foi através de uma entrevista semiestruturada e uso da análise documental. Nos resultados, as colaboradoras acreditam que o ambiente leitor da Creche Marliete Freire contribui para a formação leitora da criança de forma crítica e holística como preceitua a BNCC, porém a falta de livros infantis adequados à idade é um forte empecilho para que algumas crianças não tenham o interesse em manusear alguns livros. Além disso, elas relataram que a falta de uma formação contínua faz falta aos professores desta rede municipal.

PALAVRAS-CHAVE: Sala de Leitura. Educação Infantil. Formação Leitora.

PHOTOGRAPHY AND THE NECESSARY SKILLS FOR A VISUAL AND DIGITAL LITERACY IN THE ERA OF EDUCATION 4.0 - EXPERIENCE REPORT

ABSTRACT: This article presents the results of a research conducted at the Municipal Daycare Center Professora Marliete Freire, located in the urban area of Macaíba-RN, during the end of the 2025.2 semester. The study aims to analyze the reading environment

at the Professora Marliete Freire Daycare Center in Macaíba, RN, whose object of study is the enjoyment of reading in Early Childhood Education. Thus, the following research question was defined: How can the reading environment of the Marliete Freire Daycare Center encourage the enjoyment of reading from Early Childhood Education? Authors who support the theme include Chartier (2002), Vygotsky (2007), and Ferreira (2016). The guiding questions were: “How can the reading room encourage the enjoyment of reading in Early Childhood Education?” The specific objectives were: Early Childhood Education and its social context, and The importance of reading from Early Childhood Education. The research follows a qualitative approach, using methodological procedures such as a semi-structured interview and document analysis. The results show that the collaborators believe the reading environment of the Marliete Freire Daycare Center contributes to children’s reading development in a critical and holistic way, as prescribed by the BNCC. However, the lack of age-appropriate children’s books is a major obstacle preventing some children from showing interest in handling certain books. In addition, they reported that the absence of continuous professional development is a limitation for teachers in this municipal network.

KEYWORDS: Reading Room. Early Childhood Education. Reading Development.

INTRODUÇÃO

O incentivo à leitura na Educação Infantil constitui um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança. Nesse contexto, a Creche Marliete Freire se destaca por proporcionar um ambiente leitor que visa estimular o gosto pela leitura desde os primeiros anos escolares. Compreender como esse espaço pode influenciar positivamente na formação de leitores críticos e curiosos é essencial para pensar práticas pedagógicas mais eficazes e sensíveis às necessidades infantis.

A presente pesquisa tem como questão norteadora: Como a sala de leitura pode incentivar o gosto pela leitura na Educação Infantil? Para responder a essa indagação, foram definidos como objetivos específicos: compreender a Educação Infantil em seu contexto social e analisar a importância da leitura desde essa etapa inicial do ensino. Assim, a investigação busca refletir sobre o papel da sala de leitura na promoção do prazer pela leitura, considerando o ambiente escolar como espaço mediador entre o sujeito e o conhecimento.

A abordagem adotada é qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos a realização de uma entrevista semiestruturada com educadores da creche, além da análise documental de registros e materiais pedagógicos utilizados no ambiente leitor. Teoricamente, o estudo se fundamenta nos aportes de Vygotsky (2007), que enfatiza a

importância das interações sociais no desenvolvimento infantil; Chartier (2002), que discute a construção do leitor no contexto histórico e cultural; e Ferreira (2016), que aborda práticas de leitura e mediação na infância.

Dessa forma, o trabalho propõe uma análise crítica e reflexiva sobre como o espaço da sala de leitura pode se tornar um lugar significativo de experiências com a linguagem, ampliando o repertório cultural das crianças e contribuindo para a formação de sujeitos leitores desde a Educação Infantil.

EDUCAÇÃO INFANTIL E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

A Educação Infantil marca uma etapa do desenvolvimento da criança no espaço escolar, buscando atender em seu desenvolvimento integral, envolvendo os aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Assim, de acordo com a Constituição Brasileira, essa etapa se caracteriza pelo atendimento às crianças com até cinco anos de idade. A demanda e as aspirações da sociedade sempre foram na busca de atendimento educacional à criança na etapa da Educação Infantil, buscando do governo a implantação de políticas que abrangessem o cuidado e a aprendizagem da criança.

Ao longo de debates em torno da Educação Infantil, podemos perceber que essa etapa foi ganhando espaço e prioridades, tratando então da primeira infância não só dentro das políticas brasileiras, mas também através de organismos internacionais. Vemos então uma parcela significativa da sociedade em busca da qualidade e da legalidade para atender as crianças de zero a cinco anos, momento de grande importância para seu desenvolvimento. Assim, de acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, a Educação Infantil começa a dar passos decisivos, normatizando os direitos fundamentais de atendimento às crianças.

Essa primeira normatização vem garantir que as crianças sejam percebidas como sujeitos de direitos, colocando a família e o Estado como elementos essenciais desse processo educacional. Dessa forma, Craidy (1998, p. 71) destaca:

A Constituição Brasileira de 1988 inaugurou uma nova fase doutrinária em relação à criança e ao adolescente. Foi a primeira Constituição Brasileira que considerou explicitamente a criança como sujeito de direitos e também foi a primeira Constituição Brasileira que falou em

creches e pré-escolas. Estas instituições aparecem como direito dos trabalhadores homens e mulheres, urbanos e rurais, que têm “direito à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas (inciso XXV – art. 7º da Constituição 88).

O direito traz à tona a segurança do atendimento, fortalecendo as relações entre Estado, governos estaduais e municipais, garantindo que escolas, creches e pré-escolas se organizem, para que de fato e de direito sejam dadas as oportunidades de acesso à educação. A criança, como sujeito social, vai construindo sua identidade no espaço da família e da escola, assim é dever do Estado garantir as políticas públicas de acesso e permanência à educação. Nesse contexto, a Constituição Federal (1988) é um marco importante que veio consagrar os direitos sociais. De acordo com o Artigo 208 da Carta Magna:

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO
Seção I DA EDUCAÇÃO; Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996) II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996) III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Dessa forma, é importante destacar que a Educação Infantil, de acordo com a lei, deve atender as crianças até cinco anos de idade. As leis vêm garantir o direito legítimo da criança e é preciso executá-las, principalmente no que se refere à Educação Infantil, que muitas vezes é posta em segundo plano pelas prefeituras, que estão incumbidas da realização dessa etapa. Nesse sentido, é importante a luta da sociedade para a efetivação dos direitos da criança no tocante à educação, promovendo o respeito a estas na sociedade.

A Educação Infantil é uma etapa da educação escolar que é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança, no ambiente escolar a criança tem a

oportunidade do convívio social com outras crianças e adultos, nas trocas de conhecimentos, vai construindo novos saberes culturais.

É apenas a partir da segunda metade do século XX que essa etapa escolar começa se fortalecer, através das iniciativas locais, movimentos que trouxeram à tona a busca e a garantia dos direitos e necessidades da criança com relação ao seu desenvolvimento educacional. Dessa forma, percebemos que esses movimentos vêm fortalecer o percurso e as referências para a Educação Infantil.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança, criada em 1959, é outro documento que veio produzir mudanças, ela é constituída por dez princípios fundamentais para a proteção de direitos básicos, avançando o olhar para a questão do atendimento educacional além da proteção, cuidados, saúde e recreação. A criança passa a ser entendida como um sujeito de direito, deslocando a atenção para uma maior participação dos governos e sociedade. Nesse sentido, cabe destacar que o direito é um elemento de construção social o qual vai se estabelecendo nos processos de desenvolvimento humano.

O contexto em que se fez urgente a Declaração dos Direitos da Criança é capaz de justificar a mesma a partir da necessidade de especificar os direitos da criança de acordo com suas características particulares, para além do direito dos homens, como uma forma de identificar condições de proteção e cuidados especiais que fossem equivalentes à imaturidade física e intelectual da criança. Assim, é possível perceber a urgência para a percepção da criança de acordo com suas especificidades no contexto social onde, anteriormente e de acordo com o arcabouço histórico, a sociedade enxergava a criança da mesma forma que enxergava demais grupos subordinados ou discriminados (Campos, 1999).

Vemos, assim, que a constituição de documentos é um caminho que destaca a necessidade de garantir os direitos das crianças através de leis, ressaltando a valorização da Educação Infantil, tão significativa na colaboração da identidade da criança. Ainda se tratando das leis e conquistas, trazemos aqui uma breve reflexão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que também vem contribuir na luta pela solidificação da Educação infantil. A LDB vem atender a Constituição, focando na qualidade e na garantia da educação para todos. Dessa forma, vamos perceber que os artigos 29 ao 31 do referido documento destacam a necessidade do olhar mais significativo das instituições e educadores para o desenvolvimento das crianças, pois os artigos ressignificam a questão da convivência familiar, comunidade e escola. Destacamos que todo esse processo busca

inserir a criança na educação, onde as práticas pedagógicas devem valorizar a aprendizagem através de estratégias lúdicas.

Os jogos educacionais devem atender a requisitos pedagógicos, mas também é preciso tomar cuidado para não tornar o jogo somente um produto didatizado, fazendo-o perder seu caráter prazeroso e espontâneo (Fortuna, 2000). É necessário encontrar a sinergia entre pedagogia e diversão nos jogos educacionais, mas isso tem demonstrado ser uma tarefa difícil (Savi, 2008, p. 7).

Estamos na era digital, onde as crianças vivenciam a todo momento essa realidade tecnológica na sociedade como um todo, em casa, nas ruas, no espaço escolar. Assim, a escola não foge a essa realidade e as ações pedagógicas vão se contagiando por esse processo, que surge como um grande facilitador do conhecimento.

De acordo com Andrade (2020), portanto, tudo o que se trabalha na educação infantil precisa ser pensado para o desenvolvimento integral da criança, ou seja, para prepará-la em todos os seus processos formativos, complementando as ações da família e da comunidade. Os professores precisam planejar a aula pensando nessas questões e em como desenvolver todas as habilidades necessárias dos pequenos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto de aprendizagens que devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, visando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme o Plano Nacional de Educação (PNE).

Quando tratamos da BNCC, documento mais recente sobre a educação brasileira, observamos que a Educação Infantil ganha um novo olhar no trato do desenvolvimento pedagógico. A BNCC é um outro documento que vem regulamentar a educação do Brasil, a sua primeira versão foi disponibilizada em 2015, período em que ainda ocorreram algumas discussões que levaram a sua homologação em 2017. No caso da Educação Infantil, o documento, em consonância com o RNCNEI, estabelece as experiências fundamentais para o aprendizado nessa etapa da educação básica, e apresenta os seis direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer a si mesmo.

Trata-se de um documento, uma referência nacional para a formulação dos currículos das redes escolares federais, estaduais e municipais para as propostas pedagógicas do contexto escolar. Integrada à política nacional da Educação Básica, a BNCC visa contribuir com a formação

de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o desenvolvimento da educação (Brasil, 2017).

Na prática, a Educação Infantil é essencial para o desenvolvimento da criança e, por isso, a BNCC destaca que é preciso olhar com atenção a socialização, a autonomia e a comunicação da criança, assim a união entre família e escola que é de fundamental importância. O documento parte do princípio de que é preciso valorizar o conhecimento prévio do aluno e, portanto, nesse contexto as escolas devem respeitar a diversidade cultural.

A Educação Infantil é importante para a formação do cidadão crítico, contribuindo para a formação cognitiva e social da criança. Ela desenvolve considerável conhecimento para a valorização dessa etapa do desenvolvimento da criança, uma fase tão significativa para a melhoria de vida de cada criança que se encontra frequente no meio escolar.

Por isso que ela é indispensável para a vida de uma criança, e quando se é vivenciada desde pequeno, o sujeito passará a ter uma visão de melhoria para a sua vida social.

Uma parte essencial dessa etapa marcante da vida de uma criança é o professor, ele tem o objetivo de mediar o conhecimento e educar as crianças para que se preparem para futuros desafios.

A criança precisa aprender com o mundo a sua volta, entendendo o entorno, as crianças aprendem com exemplos, ninguém nasce sabendo, nós aprendemos através das socializações e as crianças aprendem quando ensinamos a prática. Assim, pode-se dizer que a creche e a pré-escola se constituem numa nova perspectiva, visto que, de acordo com os documentos legais e as formas de organização dos municípios, essas instituições precisam assumir a conotação de um espaço pedagógico organizado, com concepções, funções e objetivos.

A Educação Infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento e no crescimento das crianças. É durante os primeiros anos de vida que os alicerces do aprendizado são estabelecidos, e a Educação Infantil desempenha um papel fundamental na formação das bases educacionais, sociais e emocionais das crianças. Com base nos

princípios fundamentais da Educação Infantil, podemos garantir uma abordagem adequada e efetiva nessa fase tão importante.

A Educação Infantil é fundamentada em uma abordagem holística e integrada, que considera o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social da criança. Deve respeitar a singularidade e a diversidade de cada criança, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e agentes ativos de aprendizagem. Nesse sentido, Freire (1996) nos lembra a importância de valorizar a infância, ressaltando a necessidade de proporcionar um ambiente acolhedor, estimulante e respeitoso, no qual as crianças possam explorar, criar, questionar e expressar suas ideias e emoções.

Freire (1970) enfatiza a importância de não conceber a educação como um mero processo de transferência de conhecimento, em que o educador despeja informações prontas e acabadas nos alunos. Ele defende uma abordagem educacional que valorize a participação ativa e a construção conjunta do conhecimento, considerando os saberes prévios e a realidade dos estudantes, inclusive na etapa da Educação Infantil.

Lembra que o ato de brincar não é simplesmente uma atividade divertida e sem propósito, mas sim um meio essencial pelo qual as crianças constroem sua identidade e desenvolvem-se integralmente.

Montessori (2017) enfatiza a importância de proporcionar às crianças um ambiente rico em oportunidades de brincar e explorar, onde possam exercer sua autonomia, criatividade e imaginação, reconhecendo que, nesse processo, as crianças estão constantemente construindo a si mesmas, desenvolvendo suas capacidades e se preparando para enfrentar os desafios futuros.

Ademais, a Educação Infantil deve considerar as necessidades físicas, emocionais, cognitivas e sociais das crianças, promovendo um cuidado integral. Montessori (2017) reforça essa perspectiva, afirmando que o cuidado e a atenção às necessidades de cada criança são fundamentais para promover seu bem-estar e estimular seu desenvolvimento pleno. Isso implica fornecer um ambiente seguro, saudável e acolhedor, com cuidados adequados à saúde, alimentação, higiene e bem-estar emocional das crianças. Além disso, é essencial promover experiências de aprendizagem que abrangem diferentes aspectos do

desenvolvimento, como atividades físicas, artísticas, cognitivas e sociais, de forma integrada.

Ao adotar esses princípios na prática educativa, proporcionamos às crianças um ambiente propício para o desenvolvimento de suas potencialidades, respeitando suas individualidades e promovendo a construção de conhecimentos significativos. A Educação Infantil é um momento único na vida das crianças, em que as bases para seu futuro são estabelecidas. Portanto, é imprescindível que sejam proporcionadas experiências educativas de qualidade, pautadas nos princípios aqui apresentados.

Em suma, a Educação Infantil é uma etapa crucial na formação das crianças, e sua importância é reforçada pelos princípios fundamentais que norteiam essa prática educativa. Ao respeitar a infância, valorizar o brincar, fomentar a interação e o diálogo, e promover o cuidado integral, estamos construindo bases sólidas para o desenvolvimento pleno das crianças. Como destacado pelos autores, é necessário reconhecer e valorizar a singularidade de cada criança, proporcionar ambientes lúdicos e ricos em interações, e oferecer cuidado e afeto em todas as dimensões. Ao seguir esses princípios, estaremos investindo no futuro das crianças e contribuindo para uma sociedade mais justa, equitativa e comprometida com o desenvolvimento humano desde os primeiros anos de vida.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL

Desde a origem da humanidade, o homem buscou diversas formas de se comunicar, tais como: gestos, desenhos, sinais naturais, signos, hieróglifos, entre outros. Assim, poderia expressar pensamentos, ideias, necessidades e sentimentos aos seus pares, daí a importância da linguagem, definida como “[...] expressão e comunicação por meio de um sistema de articulações sonoras que carregam significado e são utilizadas pelos homens na vida familiar e social” (Mortatti, 2006, p. 12).

Ao mesmo tempo, há a aquisição e o desenvolvimento de certas habilidades de comunicação que melhoram e tornam eficaz qualquer processo de comunicação para se relacionar de forma assertiva com os outros e poder desenvolver-se satisfatoriamente nos cenários pessoal, profissional e social em que estão imersos (Mortatti, 2006).

Estas, como o próprio nome indica, são um conjunto de competências ou habilidades que o ser humano possui para se expressar em qualquer situação e ambiente (Chartier, 2002). Além disso, segundo esses autores, pode-se dizer que as habilidades de comunicação oral e auditiva são inatas ao ser humano e dependem do desenvolvimento físico e fisiológico desde sua formação no útero, sendo que a leitura e a escrita são aprendidas na escola nos anos iniciais da escolarização, mas todos e cada um com valor relevante no processo comunicativo, e a aprendizagem e o fortalecimento devem ser simultâneos.

Isso exalta a importância geral das habilidades de comunicação, além disso, estas proporcionam múltiplos benefícios a cada pessoa, pois permitem que se relacionem efetivamente com os outros e se expressem de forma clara e adequada em todas as experiências diárias. A esse respeito, Cagliari (2010, p. 27) também estabelece a importância das habilidades de comunicação:

A escuta, porque através dela o ser humano adquire a linguagem, a fala porque lhe permite expressar ideias, sentimentos e conhecimentos oralmente, semelhante à habilidade de escrever que trata da comunicação gráfica, e a leitura porque por meio da leitura o homem pode adquirir conhecimentos sobre o mundo e os seres que o cercam.

Em relação à capacidade comunicativa de ler, que geralmente é adquirida através do processo de ensino-aprendizagem em contexto escolar, é uma ação que se exige em todas e cada uma das áreas da vida, e quem a exerce sempre o faz com um propósito ou finalidade diferente, seja para diversão ou motivado por uma necessidade específica, como a aquisição de informações, a comunicação ou o cumprimento de uma tarefa atribuída. Mas, em qualquer um dos casos se afirma a grande importância dela no desempenho humano, também constitui um conhecimento fundamental por meio do qual a criança pode desenvolver o pensamento e adquirir conhecimentos nas áreas do saber (Cagliari, 2010).

Nesse aspecto, ao implementar práticas pedagógicas inovadoras distantes do mecânico e do automático, podemos obter resultados que visam dar sentido à ação de ler, de modo a compreender, e que isso conduza a uma aprendizagem significativa. Da mesma forma, permitem que a leitura seja desvinculada dos condicionamentos vinculados às tarefas escolares impostas para torná-la uma ação divertida, voluntária e prazerosa (Solé, 2013).

Dando continuidade, retoma-se a seguinte definição de Ferreiro (2015, p. 23):

Concebemos a compreensão leitora de um texto como a reconstrução de seu sentido a partir da consideração das pistas contidas no texto em questão. Essa reconstrução é realizada por meio da execução de operações mentais realizadas pelo leitor para dar sentido às pistas encontradas. É um processo essencialmente dinâmico que o leitor desenvolve ao estabelecer conexões coerentes entre as informações que possui em suas estruturas cognitivas e as novas informações fornecidas pelo texto.

Devido aos benefícios que a leitura traz consigo, é de extrema importância gerar uma aprendizagem significativa a partir da escola, por isso todo contexto escolar deve ser mediado por métodos, estratégias, atividades e conhecimentos que despertem a atenção de cada criança e motivem sua aprendizagem desde a primeira infância. Portanto, para Ferreiro (2015), o ensino da leitura nos anos iniciais atenderá a todos os interesses, necessidades, habilidades e capacidades de cada um, além de incluir o desenvolvimento de habilidades exigidas pelo processo de leitura visando a compreensão e não apenas a decodificação.

A esse respeito, Lerner (2012, p. 24) afirma que “[...] a leitura é um processo complexo e, portanto, a pedagogia da leitura não pode ser reduzida apenas a práticas mecânicas ou técnicas instrumentais”. Dessa forma, inicia-se a formação de um pensamento mais estruturado que posteriormente auxiliará a expressão escrita adequada, aspectos que devem ser os objetivos centrais do ensino-aprendizagem da leitura. Portanto, é fundamental enfatizar durante a prática de leitura os fatores que determinam a compreensão (leitor, texto, contexto) e as estratégias cognitivas que a facilitem antes, durante e depois da leitura.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ancoradas nas questões de partida, as entrevistas foram realizadas com base em um questionário contendo três perguntas. O referido instrumento iniciava com o seguinte questionamento: Para você qual a importância da sala de leitura nessa Creche?

PROFESSORES	TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS
P1	“É importante porque incentiva o aluno através das histórias contadas, a pintar , a desenhar e até a interpretar as histórias.
P2	“Ela é importante porque a sala de leitura promove momentos de leitura, interação, e criatividade da criança”.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Diante das respostas acima, percebemos que P1 e P2 consideram a sala de leitura como sendo um espaço importante porque colabora no incentivo da leitura e interpretação das ideias. Outra vertente essencial na educação dos pequenos é a presença da interação e do diálogo no processo educacional, pois promovem a construção de conhecimentos, o desenvolvimento da linguagem, a troca de experiências e a formação de vínculos afetivos. Nesse contexto, Ferreiro (1996, p. 78) destaca: “A criança aprende a falar porque convive com falantes. Do mesmo modo, a criança aprende a ler e escrever porque convive com leitores e escritores”. Essa citação enfatiza a importância de criar espaços de interação e diálogo, nos quais as crianças tenham a oportunidade de se expressar, ouvir e serem ouvidas, favorecendo seu desenvolvimento linguístico e cognitivo.

As falas das professoras entrevistadas destacam a importância da sala de leitura como um espaço privilegiado na educação infantil. Para P1, esse espaço desperta o interesse das crianças por meio das histórias contadas, além de estimular outras formas de expressão, como o desenho, a pintura e a interpretação. Já P2 enfatiza o papel da sala de leitura na promoção da interação, da criatividade e no incentivo ao hábito da leitura. Essas percepções estão em consonância com estudos que apontam a leitura literária como uma prática essencial para o desenvolvimento integral da criança.

Segundo Abramovich (1997, p. 17), “ler para uma criança é, antes de tudo, oferecer-lhe a possibilidade de experimentar o texto literário como fonte de prazer, fantasia, emoção e reflexão”. A leitura de histórias, quando inserida em um ambiente adequado e estimulante como a sala de leitura, possibilita não apenas a ampliação do vocabulário e o desenvolvimento da linguagem, mas também a construção de sentidos, valores e a capacidade de imaginar.

Vygotsky (2007) destaca que o desenvolvimento infantil se dá por meio da interação social e da linguagem. Nesse sentido, a sala de leitura não é apenas um local de

acesso a livros, mas um espaço de trocas simbólicas, onde a criança constrói conhecimento em parceria com o outro; seja o educador, seja os colegas. Como afirma Oliveira (2010), o contato frequente com textos narrativos possibilita à criança desenvolver habilidades cognitivas, afetivas e sociais fundamentais para sua formação.

Além disso, o ato de contar histórias é uma ferramenta pedagógica potente, pois envolve escuta ativa, interpretação e recontos, como apontado por Coelho (2000). As práticas mencionadas por P1, como desenhar e interpretar histórias, representam formas de ressignificar a narrativa ouvida, ampliando a experiência leitora para além da linguagem verbal. Tais atividades contribuem para o desenvolvimento da criatividade, da expressão artística e da construção da identidade infantil.

A BNCC (Brasil, 2017) também enfatiza o papel da literatura na educação infantil, considerando a leitura como direito da criança e parte essencial do campo de experiências “escuta, fala, pensamento e imaginação”. Portanto, a sala de leitura, ao proporcionar vivências literárias significativas, cumpre um papel fundamental no processo de alfabetização cultural e no fortalecimento do vínculo da criança com o mundo letrado.

Dando continuidade a entrevista, questionamos também: Na sua opinião, as atividades que são realizadas na sala de leitura ajudam a estimular o interesse das crianças pelos livros?

PROFESSORES	TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS
P1	“Sim, bastante! porque eles pedem histórias em minha sala de aula, onde eles recontam e criam histórias”..
P2	“Sim, porque as atividades estão de acordo com a leitura que foi realizada pela professora mediadora de leitura, fazendo desse modo, sentido para as crianças”.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

No tocante ao segundo questionamento as Professoras foram enfáticas em suas respostas. As observações das professoras P1 e P2 destacam pontos importantes: a P1 sublinhou como esse espaço inspira as crianças a recontarem e criarem histórias, contribuindo para o desenvolvimento integral delas. Enquanto isso, a P2 ressaltou a

relação entre as atividades realizadas e os livros lidos, tornando a experiência de leitura mais significativa para os pequenos.

Nesse sentido, são múltiplas as concepções sobre a leitura, que destacam seu valor comunicativo e de aprendizagem. Assim, para Lerner (2012), ler implica questionar-se a partir do texto escrito, este é mediado pelas expectativas e motivações que o leitor vive. Para autores como Solé (2013, p. 29), ler “[...] é um processo de interação entre o leitor e o texto, através do qual o primeiro tenta satisfazer [obter informações pertinentes para] os objetivos que orientam sua leitura”.

Da mesma forma, Lerner (2012, p. 67) indica que “[...] a leitura é um poderoso instrumento de aprendizagem: lendo livros, jornais ou revistas podemos aprender qualquer uma das disciplinas do ser humano”, o que corrobora a principal função da leitura no tocante à aquisição e ampliação do conhecimento sobre o mundo que o cerca.

As falas das professoras entrevistadas ressaltam como as atividades desenvolvidas na sala de leitura contribuem significativamente para o interesse das crianças pelos livros. P1 observa que os alunos passam a solicitar histórias em sala e até criam ou recontam narrativas, indicando um envolvimento ativo e criativo com a leitura. P2 destaca a importância da mediação realizada pela professora leitora, alinhando as atividades com o conteúdo das histórias lidas, o que gera sentido e significado para as crianças.

Segundo Colomer (2007, p. 45), “o gosto pela leitura não nasce espontaneamente; ele é construído na convivência com leitores mais experientes e mediadores sensíveis que oferecem boas histórias e estimulam a participação”. A mediação pedagógica, portanto, é essencial para que a leitura não seja apenas uma atividade pontual, mas parte do cotidiano da criança de forma prazerosa e significativa.

A prática do reconto e da criação de novas histórias, como citado por P1, favorece a internalização da linguagem narrativa, a organização do pensamento e o desenvolvimento da imaginação. Para Silva e Martins (2013, p. 87), “quando a criança reconstrói uma história ou cria a sua própria, ela está reelaborando o conteúdo absorvido, exercitando a linguagem e ampliando suas capacidades cognitivas e comunicativas”.

Por sua vez, de acordo com Mortatti (2006), as diretrizes curriculares das linguagens e suas tecnologias, formuladas pelo Ministério da Educação (MEC), afirmam

que a leitura é um processo de construção de significados a partir da interação entre o texto, o contexto e o leitor. Além disso, Mortatti (2006, p. 32) afirma que:

Numa orientação significativa e semiótica, teríamos que entender o ato de ler como um processo de interação entre um sujeito portador de saberes culturais, interesses, desejos, gostos, etc., e um texto como portador de um sentido, de uma perspectiva cultural, política, ideológica e estética particular, e que postula um modelo de leitor; elementos inscritos em um contexto: uma situação de comunicação em que estão em jogo interesses, intenções, poder; em que estão presentes a ideologia e os valores culturais de um determinado grupo social.

Por outro lado, vale destacar os múltiplos benefícios que a leitura traz para quem a aprende e a prática: a aquisição do vocabulário, o desenvolvimento da espontaneidade ao falar e a ampliação do conhecimento da cultura geral, o que permite ao indivíduo transmitir seus saberes através da expressão oral. Além disso, forma a dimensão crítica diante de um texto, desde os primeiros níveis de desenvolvimento.

Da mesma forma, é um meio para despertar a curiosidade e desenvolver a imaginação, enriquece o vocabulário, melhora a ortografia, reforça a coerência, a coesão e a gramática da composição e contribui para fomentar o gosto pela escrita (Vasconcelos, 2010).

Nesse sentido, é importante levar em consideração a diferença entre o processo de leitura voltado para a decodificação e o desenvolvimento da compreensão leitora, embora ambos estejam intimamente relacionados e um dependa do outro. A esse respeito, Chartier (2002) afirma que a decodificação consiste em reconhecer ou identificar as palavras e seus significados, ou seja, saber lê-las e saber o que significam. Tecnicamente, a decodificação dá lugar a um rápido “reconhecimento de palavras”, enquanto o processo de compreensão envolve uma variedade de aspectos e consiste em dar uma interpretação à frase, trecho ou texto; isto é, dar-lhe um sentido, um significado.

Da mesma forma, de acordo com Ferreira (2015), a leitura é entendida como a compreensão do significado do texto. Algo como uma identificação, por parte de um sujeito leitor, que se baseia no reconhecimento e manuseio de um código, e que tende à compreensão. É assim que esses aspectos devem ser integrados à didática da leitura, principalmente nas primeiras séries, para alcançar uma aprendizagem verdadeiramente significativa (Chartier, 2002).

Ao contrário, se não for articulada, “[...] estaremos formando decodificadores que desconhecem os elementos que circulam para além do texto” (Chartier, 2002, p. 36) e a leitura só seria vista como uma série de grafias que compõem o alfabeto do texto e a união de vogais e consoantes que permitirão ler um texto, mas sem dar-lhe um significado para a compreensão.

Ao mesmo tempo, Solé (2013, p. 40) afirma que “[...] ler é compreender e que compreender é antes de tudo um processo de construção de significados sobre o texto que pretendemos compreender”. Portanto, a compreensão é a base para o desenvolvimento de todas as demais competências envolvidas nesse processo, o que não é uma tarefa fácil, mas também não é impossível, e é alcançada por meio de questionamentos e reflexões constantes sobre os processos de ensino na sala de aula.

Ainda durante a entrevista, o terceiro questionamento foi: De que maneira a sala de leitura contribui para o desenvolvimento da criatividade da criança?

PROFESSORES	TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS
P1	“Na melhoria da coordenação motora fina, na criatividade do reconto de histórias colocando vários personagens na mesma história que foi mediada e ainda imita a professora mediadora”.
P2	“No momento em que eles podem recontar a história a partir do imaginário e do lúdico.”

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

No início da resposta da professora P1, verificamos que a menção à coordenação motora não se apresenta como a argumentação mais pertinente para responder ao questionamento acerca do papel da sala de leitura no desenvolvimento da criatividade infantil. Entretanto, ao prosseguir em sua fala, ela destacou que o processo de mediação das histórias proporciona às crianças um importante estímulo para a imitação. Sob essa perspectiva, compreendemos que sua segunda observação apresenta uma maior coerência com a questão proposta, evidenciando como a sala de leitura contribui diretamente para o desenvolvimento criativo das crianças.

De acordo com Vygotsky (2009), a imaginação é um dos componentes essenciais do pensamento criador. Para ele, “toda criação humana tem origem na combinação de

elementos da experiência passada, reorganizados de forma nova” (Vygotsky, 2009, p. 14). Nesse sentido, o relato de histórias; mencionado por ambas as professoras; permite à criança reelaborar os conteúdos narrados, trazendo novas possibilidades de enredo e personagens, o que amplia sua capacidade criativa.

Além disso, o ato de imitar a professora mediadora, como citado por P1, pode ser compreendido dentro da teoria sociocultural de Vygotsky, onde a aprendizagem ocorre inicialmente em um plano social para, depois, ser internalizada. A criança, ao observar e reproduzir ações do adulto (neste caso, da mediadora de leitura), está exercitando funções cognitivas superiores, como a atenção, a memória e a linguagem, em um contexto lúdico.

O ambiente da sala de leitura também favorece o uso do faz de conta e da fantasia. Para Kishimoto (2009), o lúdico é uma ferramenta indispensável no desenvolvimento infantil, pois permite à criança experimentar, criar e transformar a realidade a partir de sua própria perspectiva. Assim, como aponta P2, ao recontar histórias de forma imaginativa, a criança exercita tanto sua criatividade quanto sua autonomia narrativa.

É importante também destacar a relação entre leitura e expressão artística. O relato pode se manifestar por meio do desenho, da dramatização, da escrita espontânea e de outras linguagens expressivas, o que colabora com o desenvolvimento da coordenação motora fina; mencionada por P1; e reforça o vínculo entre corpo, mente e linguagem. Segundo Oliveira (2010, p. 65), “as múltiplas formas de expressão da criança são manifestações de sua capacidade criadora, que deve ser estimulada desde cedo, especialmente por meio de práticas integradas”.

Dessa forma, a sala de leitura, ao proporcionar momentos de escuta, imaginação e criação, torna-se um espaço pedagógico essencial para o desenvolvimento da criatividade infantil, valorizando o protagonismo da criança na construção de sentidos e narrativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigar e analisar o ambiente leitor da Creche Professora Marliete Freire como incentivadora do gosto pela leitura desde a Educação Infantil, em Macaíba, RN, constituiu que o ambiente leitor não se limita à presença física de livros, mas envolve a mediação

ativa dos educadores, a organização de espaços atrativos e acolhedores, bem como a promoção de atividades que despertem a curiosidade e o prazer pela leitura. Esses elementos são fundamentais para cultivar, de forma lúdica e afetuosa, o gosto pela literatura e o hábito de ler.

Além disso, a iniciativa reforça o papel da escola como mediadora cultural, capaz de ampliar o repertório das crianças e de contribuir para a construção de uma sociedade mais crítica e leitora. O incentivo à leitura na Educação Infantil, portanto, não é apenas um recurso pedagógico, mas um investimento no futuro educacional e cidadão das crianças.

Diante disso, conclui-se que o ambiente leitor da Creche Professora Marliete Freire serve como um exemplo inspirador de como é possível, mesmo nos primeiros anos da infância, despertar o interesse pela leitura e formar leitores desde cedo. Espera-se que iniciativas como essa sejam valorizadas e ampliadas, reconhecendo o poder transformador da literatura na vida das crianças.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. 12. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/bncc>. Acesso em: 06 ago. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/bncc>. Acesso em: 06 ago. 2025.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. São Paulo: Global, 2007.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

JESUS, Elza Santos Moura; PROPODOSKI, Neiva. **Letramento digital Através da ludicidade digital**. *Revista Educação e Linguagem*, p. 18-28, 2012. Disponível em: Acesso em: 05 de nov. 2021. Disponível em: <http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2021/12/26/outros/caae60do7d8d7055398baf8e5757e3d.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2021.

KENSKI, V. M. **O Papel do professor na sociedade**. In: **Ensinar a Ensinar**. São Paulo, Pioneira, 2007.

Nave à Vela, 2019. Disponível em <<https://naveavela.com.br/tecnologia-na-base-nacional-comum-bncc>>. Acesso em 05 de nov. de 2021.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PORPINO, Karine de Oliveira. **Dança é educação: interfaces entre corporeidade e estética**. Natal, RN: EDUFRN-ED. Da UFRN, 2006.

RESENDE, Ma Flávia Grecco. Tecnologia e educação. **Revista Estudos e Negócios Academics**, v. 1, n. 2, p. 68-74, 2021.

SILVA, Eliana Yunes da; MARTINS, Marília. **Literatura infantil: formação de leitores em casa e na escola**. São Paulo: Loyola, 2013.

VALENTE, J. A. Formação de Profissionais na Área de Informática em Educação, in Valente, J.A. (org), **Computadores e Conhecimento: Repensando a Educação**. Campinas, SP, Gráfica Central da Unicamp, 1993.

VERAZO, E. V.; MIRANDA, N.A.; SIMON, F.O. **Tecnologia: Buscando uma definição para o conceito**. Prisma.com, nº7, 2008. Disponível em: http://prisma.cetac.up.pt/60_Tecnologia_-buscando_uma_definição_para_o_conceito_estesja_no_Veraszto_et_al.pdf. >Acesso em: 04 nov. 2021.

VYGOTSKY, L.S. **A formação Social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. SÃO PAULO: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Submissão: abril de 2025. Aceite: maio de 2025. Publicação: setembro de 2025.